

CARTA-COMPROMISSO DO SINDJUS RS

O Brasil chega a mais um processo eleitoral em um cenário político, econômico e social desafiador. Novamente, está em disputa o **papel do Estado e o modelo de serviço público que queremos construir** para os próximos anos.

Para as servidoras e os servidores públicos, essa escolha tem consequências concretas. É nos espaços políticos que são tomadas decisões que definem orçamentos, carreiras, salários, previdência, concursos públicos e as diretrizes das políticas públicas destinadas à população.

No Rio Grande do Sul, vivemos sucessivos governos que atuaram pela retirada de direitos, promoveram mudanças nocivas na previdência das servidoras e servidores, mantiveram congelamento salarial e avançaram nas privatizações. Sabemos, no entanto, que os rumos do Estado e do serviço público não são definidos apenas pelo Poder Executivo.

Deputados e deputadas, senadores e senadoras têm papel decisivo na elaboração e aprovação de leis, na definição dos orçamentos, na fiscalização dos governos e na defesa ou retirada de direitos. Neste cenário, torna-se fundamental saber de que lado estarão aqueles e aquelas que pretendem nos representar no Executivo e no Parlamento.

Por isso, não basta manifestar apoio genérico ao serviço público: é preciso assumir compromissos concretos com as servidoras e servidores públicos e com a população que depende desses serviços todos os dias.

É com esse objetivo que o Sindicato das Servidoras e dos Servidores da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Sindjus RS) apresenta esta Carta-Compromisso às candidatas e aos candidatos que buscam o diálogo com o Sindicato e com a categoria.

O documento reúne reivindicações históricas e urgentes das servidoras e dos servidores do Judiciário e do conjunto do funcionalismo estadual, estabelecendo pautas que consideramos fundamentais para a construção de um Rio Grande do Sul mais justo e democrático.

Os serviços públicos cumprem um papel essencial na consolidação da democracia e na garantia dos direitos constitucionais. Portanto, **valorizar as servidoras e servidores públicos não é defender interesses corporativos**. É fazer uma escolha política sobre o Estado que queremos: que garanta direitos e promova a justiça social.

Diante disso, apresentamos os compromissos que consideramos indispensáveis para o futuro do serviço público no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Ao subscrever esta Carta-Compromisso, a candidatura abaixo identificada assume publicamente o compromisso de, caso eleita, atuar na defesa das seguintes bandeiras de luta:

1. Revisão Geral Anual dos Vencimentos: Reposição, Já e Data-Base!

É urgente garantir a aplicação efetiva da revisão geral anual da inflação, conforme determina o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. Exigimos a imediata recomposição do poder aquisitivo dos servidores públicos, massacrado por anos de perdas inflacionárias acumuladas. **Salário não é gasto, é direito!** Segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos), as perdas acumuladas pelas categorias do serviço público estadual nos últimos dez anos ultrapassam 93,4% da inflação desse período.

Nesse sentido, exigimos o compromisso das candidaturas de atuar, no âmbito das atribuições do cargo para o qual concorrem, pela efetivação da revisão geral anual e pela construção de uma política permanente de valorização salarial, com diálogo contínuo por meio de uma **mesa de negociação permanente** e com a definição de uma data-base anual para todo o funcionalismo estadual.

Para tanto, cobramos o apoio irrestrito à aprovação da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 305/2026**, ou de proposição semelhante que tramite no Legislativo, para que esta conquista seja materializada.

2. Fim do Confisco Previdenciário dos Aposentados, Reservistas e Pensionistas

Apoiamos e exigimos a aprovação de projetos de lei que deem fim ao confisco salarial, promovendo a isenção da contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentados e pensionistas. É inadmissível que aqueles que dedicaram décadas de suas vidas ao serviço público continuem sendo penalizados, especialmente quando diversos estados brasileiros já corrigiram essa injustiça. **Justiça para quem já deu a vida pelo RS!**

4. Defesa e Fortalecimento do IPE Saúde: Nosso Patrimônio!

Exigimos o compromisso com a sustentabilidade financeira, a ampliação da rede credenciada e a melhoria imediata da qualidade dos serviços prestados pelo IPE Saúde. Não aceitaremos o sucateamento deste que é um patrimônio histórico dos

servidores e do povo gaúcho. Exigimos a devolução do patrimônio do IPE para o Fundo de Assistência à Saúde (FAS), com a ampliação das coberturas e atualização dos valores correspondentes. Defender o IPE Saúde é defender o seu caráter público e solidário!

5. Concurso Público de Provas e Títulos: Contra a Precarização

Basta de contratos temporários, terceirização e consultorias diversas que fragilizam o Estado! Exigimos uma política permanente de realização de concursos públicos para a reposição emergencial dos quadros funcionais. O concurso público é o princípio constitucional que assegura a igualdade de oportunidades, a impessoalidade, a profissionalização e a democratização do acesso ao Estado, sendo a única garantia de serviços contínuos e de qualidade para a população.

6. Defesa Intransigente do Patrimônio Público do Estado

Não aceitaremos a entrega das nossas riquezas! Exigimos o compromisso com a preservação do patrimônio público gaúcho e com o papel estratégico do Estado no desenvolvimento econômico e social. **É preciso dar um basta ao ciclo de privatizações de áreas fundamentais, a exemplo dos crimes cometidos contra a CEEE e a Corsan.** Manifestamos nosso profundo repúdio e preocupação com a continuidade de processos de privatização e alienação de ativos públicos estratégicos. O mesmo vale para as Parcerias Público-Privadas (PPPs), a exemplo da tentativa de leiloar a gestão das escolas públicas para a iniciativa privada. O patrimônio construído ao longo de gerações pelos gaúchos e pelas gaúchas deve estar a serviço do bem-estar do povo, e não do lucro privado. **Nesse sentido, exigimos o compromisso inegociável com a manutenção do Banrisul como uma instituição financeira 100% pública,** controlada pelo Estado e voltada ao desenvolvimento regional.

7. A revogação da Reforma Administrativa que retirou a Licença-Prêmio dos servidores públicos do RS

A destruição dos serviços públicos no Rio Grande do Sul tem marca e autoria. Sob a gestão de Eduardo Leite, o funcionalismo estadual enfrentou o mais severo ataque à sua carreira, consolidado na extinção de direitos históricos que garantiam o mínimo de valorização a quem dedica a vida ao povo gaúcho. Dentre esses severos golpes, a eliminação da **licença-prêmio** retirou uma conquista de décadas das categorias, demonstrando o total desprezo do atual governo pela história e pelo suor dos servidores.

No entanto, além de confiscar direitos, a atual gestão governa com base na omissão e no descumprimento das próprias regras que aprovou. Por isso, exigir a revogação dessa lei, é medida que se impõe.

A reforma administrativa do RS, que extinguiu a licença-prêmio, fixou expressamente a previsão legal de criação da **licença-capacitação**. O texto exige a edição de uma **Lei Complementar** para regulamentar esse direito. O que vimos desde então? O mais absoluto silêncio. Até hoje, o Poder Executivo se recusa a enviar esse projeto de lei à Assembleia Legislativa, cometendo uma verdadeira omissão institucional e deixando os servidores em um limbo de desvalorização.

Diante disso, cobramos das candidaturas o compromisso de atuar, no âmbito de suas atribuições, pela revogação da Lei nº 15.934/2023, ou pela regulamentação da licença-capacitação dos servidores públicos estaduais, conforme previsto em lei.

8. Democratização e Controle Social do Judiciário

Diante dos recentes acontecimentos envolvendo à cúpula do Poder Judiciário Nacional, com o envolvimento de vários Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com o escândalo do Banco Master, urge que a sociedade discuta de forma ampla, o Judiciário que queremos.

O Judiciário exerce papel fundamental na garantia dos direitos e da democracia. Por isso, também deve estar sujeito ao controle social, à transparência e à fiscalização da sociedade. Neste sentido, cabe destacar que medidas de controle social não significam interferência na independência dos magistrados, mas sim transparência e respeito aos princípios republicanos.

A sociedade tem o direito de conhecer como o Judiciário funciona, como utiliza seus recursos e quais resultados entrega. Transparência, participação e prestação de contas fortalecem a legitimidade institucional. Um Judiciário verdadeiramente democrático deve ouvir servidores, operadores do Direito e cidadãos. Mais transparência e diálogo significam mais confiança e credibilidade. Controlar socialmente é fortalecer o Judiciário e a própria democracia.

9. Fortalecer o serviço público

O fortalecimento do serviço público e da Soberania do Estado são garantias inalienáveis para o futuro da nossa gente. O desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul exige um Estado forte, moderno, transparente e soberano. Isso só se constrói com servidores valorizados e com a ampliação da capacidade de investimento estatal para combater as desigualdades sociais e regionais.

Diante da relevância e do impacto dessas pautas na vida de milhares de servidores ativos, aposentados e pensionistas — bem como de toda a sociedade que depende dos serviços públicos —, **solicitamos que as candidaturas se posicionem publicamente de forma clara e assumam o compromisso de manter uma agenda permanente de diálogo real com as entidades representativas e com a sociedade.**

Seguiremos firmes na mobilização, no debate democrático e na trincheira de luta por um Rio Grande do Sul forte, justo e com serviços públicos de qualidade para o seu povo!

Valorizar a servidora e o servidor público é investir na sociedade gaúcha!

Porto Alegre, ____ de setembro de 2026.

Nome/Partido:

Cargo que concorre: